

ATA DA 143ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de dezembro de 2005, na sala de reuniões da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP, sito na Rua Rodrigues Alves, 261, na cidade de Paranaguá - PR, às 09h, sob a presidência do Sr. Hélio José da Silva reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos **Conselheiros**: Sérgio Botto de Lacerda, Rogério Distéfano, Juarez Moraes e Silva, Ruy Alberto Zibetti, Michael Martins da Silva, Hermes Anghinoni, Carlos Roberto Frísoli, Jorge Tacla Filho, Carlos Antonio Tortato, Leonardo Luiz Vicente, Maria do Perpétuo Socorro, Carlos Alberto Martins da Costa, Wilson Moraes da Silva, Ozeil Moura dos Santos, Luiz Antônio Fayet, Alceu Claro Chaves, Sidney Pinto, José Roberto Almeida Correa, Luiz Henrique Roos, Nivaldo Tuba

Convidados: CPPR - CMG. Francisco dos Santos Moreira, FAEP - Nilson Hanke Camargo, OGMO - Dautro do Nascimento, SINDAPAR - Laís Sávio, Polícia Federal - Fabiano Bordignon, Receita Federal - Marco Antonio Franco, APPA - Fabrício Massardo, Leopoldino de Abreu Neto, Ivan Plantes Machado, Cel. Elpidio Artigas Filho, Capitão Emerson Luiz Pinto, Xênia Karina Arnt, Afonso Amatuzzi; SEAB - Disonei Zampieri; SINDOP - Edson Aguiar; SINDAPAR - Laís Sávio, **Justificativa da Ausência**: Cons. João Gilberto Cominese Freire, Carlos Alberto Calvo, Luís Antonio Bósio, Willen Mantelli, Luís Antônio de Mattos, e Ailton Galinari I - **ORDEM DO DIA**: - 1 - **ABERTURA DOS TRABALHOS** - Palavra do **Presidente**: Inicia a Reunião, exemplificando a importância da Reunião devido a presença de ilustres convidados, bem como pela posse de novos Conselheiros, que certamente contribuirão com os trabalhos do CAP. Destaca o momento simbólico de reconhecimento de algumas autoridades e entidades que contribuíram com o trabalho desse Colegiado, e conseqüentemente com a atividade portuária do Portos. Já que é um clima festivo, inicia o trabalho, reconhecendo o êxito que se está alcançando ao longo desse período, porque dificuldades e desafios sempre existem e existirão, o difícil é conseguir superá-los, ou não administrá-los. Mas o fato de se chegar a dezembro é dar uma demonstração que ao longo do ano de 2005, muitos desafios foram superados, e outros estamos administrando com êxito e dentro daquilo que é possível realizar. Por isso a Reunião de hoje se reveste de todo esse caráter, e como ao final do trabalho haverá um momento de confraternização, solicita que as intervenções e os comentários sem perder a substância e a liberdade de expressão, sejam mais objetivas, para que o trabalho seja concluído com a maior brevidade possível. -2- **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS** - 139ª, 140ª, 141ª e 142ª Reuniões Ordinárias e 16ª Reunião Extraordinária do CAP: O Conselheiro **Frísoli** acredita que deve se ter uma determinação do CAP, para que se cumpra o solicitado. Se a Ata está lavrada tem que se atender, caso contrário não adianta fazer ata; O **Presidente** disse que o papel da Secretaria do CAP é dar consequência aos atos que o Conselho decide, nesse caso a Secretaria emite correspondência a Administração do Porto, ou a quem for destinada a ponderação, de tal modo que se possa canalizar essa reivindicação. A partir daí a consequência escapa do domínio da Secretaria. E talvez o comentário, pertinente,

esteja mais focado àqueles que deveriam ter respondido às solicitações do CAP. **Conselheiro Michael** - Disse que levantou um pedido para que a Secretaria relacionasse as pendências, como também identificasse quem tem que dar satisfação a pendência, para que esse instrumento fosse revisado em todas as Reuniões Ordinárias para se cobrar da parte responsável, e até agora não tem visto isso, uma vez que em vários casos é deferido por parte dele, da parte responsável uma resposta, e como sempre faz, em trinta dias uma resposta tem que ser dada. **Presidente Hélio** destaca que essa orientação já foi passada para a Secretaria desde a época que foi feita a primeira ponderação. O trabalho inicial foi feito no âmbito das comissões, ou seja verificou-se as pendências que haviam no âmbito de cada Comissão. No entanto ainda está se devendo em nível de Ata, e solicita publicamente ao Secretário que tome essas medidas com urgência. O **Conselheiro Hermes** sugere que assuntos que tenham impacto sejam definidos e aprovados pelo Conselho em uma Resolução solicitando informações, ou cobrança na Autoridade Portuária, para ter um processo pontual, identificado, que possa ser seguido. **Presidente** concorda com a colocação, destacando a necessidade de que os trabalhos que sejam trazidos devidamente instruídos e debatidos venham com essas propostas, porque muitas vezes não se solicita uma decisão a esse nível do Conselho, até mesmo por unanimidade, apenas é solicitado o registro em ata, e como consequência há o encaminhamento de uma correspondência. Se o proponente ou a própria Comissão julgar como necessário um ato mais firme, que consubstanciasse numa deliberação, certamente o Conselho aprovará e terá as condições de expedir o documento. **Conselheira Maria do Socorro** - elogia a lavra da Ata da 16ª Reunião Extraordinária, e pede que se espelhem nessa Ata para a confecção das demais. **Presidente** - pergunta se alguma ata não pode ser objeto de aprovação ou pode se colocar em aprovação. **Conselheira Maria do Socorro** disse ter feito alterações na Ata da 139ª Reunião Ordinária, e não teve tempo de analisar as modificações. **Conselheiro Fayet** - Sugere que a aprovação das Atas se dê no final da Reunião, para que aqueles que fizeram suas ponderações, pudessem verificá-las. Sendo que a sugestão foi acolhida pelo Colegiado. **Conselheiro Sérgio Botto** - Destaca a importância da aprovação da Ata da 16ª Reunião Extraordinária, em função de prazo judicial de uma ação que se encontra em tramitação envolvendo o Porto e a Empresa Bandeirantes de Dragagem. - **3 - POSSE: Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins** -, Representante Titular dos Terminais Retroportuários: **Conselheiro João Gilberto Cominese Freire**, Representante Suplente dos Terminais Retroportuários. O **Conselheiro João Gilberto** mais uma vez teve suas justificativas de ausência acolhidas pelo Conselho. Na sequência o **Conselheiro Nivaldo Tuba** cumprimentou a todos, dizendo que é uma honra e um privilégio estar iniciando os trabalhos neste Conselho, e antecipadamente coloca-se a disposição de todos. Disse que é representante da Empresa Columbia, que é um Operador Logístico em nível Nacional, e que ele é dirigente da Columbia na Região Sul. Sua base é Curitiba e tem uma ligação muito forte com os Portos de Antonina e Paranaguá. Sente-se um estranho no ninho, mas com bastante vontade, garra, com o intuito de se integrar ao grupo e ajudar. **Presidente Hélio** - Destaca que independente da titularidade, tanto titular, como suplente atuam nas Comissões de acordo com as regras estabelecidas. Cumprimentou

o novo Conselheiro, informando que a Secretaria do CAP irá entregar a documentação básica que orienta as atividades de Conselheiro neste CAP. Agradeceu e desejou sucesso na nova atividade. Dando continuidade a pauta o Presidente passa para o próximo item. – **4 - POSICIONAMENTOS SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES INTERNAS DO CAP: 4.1 - Comissão Tarifária, Orçamentária e de Investimentos Portuários – Proposta Orçamentária e de Investimentos da APPA para o exercício de 2006 (Ofício 500/05-APPA) Secretaria do CAP. Presidente – O Relator José Roberto Almeida na última reunião apresentou os trabalhos, que foram recebidos pelo Conselho, o qual assumiu o compromisso de ao longo desse mês dar a oportunidade a todos os Conselheiros, que eventualmente quisessem fazer alguma ponderação com relação a Proposta Orçamentária e de investimentos da APPA para o exercício de 2006, que se manifestassem. A Secretaria distribuiu novamente o Relatório e a Proposta Orçamentária, e hoje o assunto volta a ser pautado, com o propósito de se firmar uma posição diante dessa proposta. O assunto está no âmbito da Secretaria e pergunta se há necessidade ou não de agregar informação ou ponderação, além das apresentadas pela Comissão a esse colegiado? **Conselheiro Fayet** – Registra a sua abstenção na votação. **Presidente Hélio** – Destaca que o Relatório que a Comissão apresentou foi entregue a Secretaria e ficou de ser submetido a proposta Orçamentária hoje, tendo como base a Proposta da APPA, e o Relatório da Comissão. A decisão se baseia em deliberar sobre o Relatório da Comissão, sobre o Relatório da Comissão juntamente com a Proposta da APPA, ou manifestar somente sobre a Proposta e não aprovar o Relatório da Comissão. São três situações bem distintas. **Conselheiro Michael** – O Relatório da Comissão ficou superado na última Reunião, e o que se discutiria hoje, seria a aprovação da Proposta como veio da Administração dos Portos, e eventualmente acrescentar dados adicionais e complementos, como se pretendia naquela Reunião o Conselheiro Fayet. **Conselheiro Hermes** – Pergunta qual o papel do CAP, na questão do Orçamento? **Presidente Hélio** – Disse que o CAP manifesta a sua opinião, que pode ser favorável ou não. **Conselheiro Hermes** – Enfatiza que no caso da Tarifa Portuária o CAP tem previsto em Lei, o poder e a prerrogativa de homologar as Tarifas, no caso do orçamento lhe parece que o CAP tem o poder de opinar. **Conselheiro Sérgio Botto** – Destaca que o assunto está expresso na Lei que rege as Competências do CAP, no Art. 30, onde a competência do CAP vai apenas ao limite de opinar sobre a Proposta Orçamentária do Porto. Não se aprova, nem rejeita. **Conselheira Maria do Socorro** – Manifesta estar de acordo com o Conselheiro Botto, destacando que essa é também a posição da Comissão, que tem em vista somente opinar sobre o Orçamento. **Conselheiro Fayet** – Disse que a Comissão Portos fez um estudo a respeito dessa matéria, e a posição é contrária a essa interpretação de "opinar", e sim num sentido muito mais amplo, porque caso contrário não haveria necessidade de discussão. Então respeitando essa interpretação dada pelos juristas que apóiam a Comissão Portos, entende que o CAP tem o poder de fazer alterações, e tendo em vista que na sua opinião essa questão chegou com um grande atraso e com um grau de comprometimentos de não adianta a intervenção, por isso fez o registro de abstenção. **Conselheiro Frisoli** – Acredita que esse assunto é de culpa também dos Conselheiros, e manifesta-se no sentido da necessidade do Conselho opinar quanto a**

essa questão. Sendo que opina favoravelmente à Proposta Orçamentária. **Conselheira Maria do Socorro** – Disse que se não foi apresentada nenhuma contra-proposta, e se não ocorreu a ninguém nenhuma outra coisa melhor para poder ser discutida, não se sente confortável em opinar desfavoravelmente. **Conselheiro Juarez** – Lembra que a proposta chegou em tempo, forma, condições de análise, e até de encaminhamento de ajustes eventuais, inclusive dentro do cronograma da Assembléia Legislativa. E o seu entendimento é de que seja aprovada. **Na sequência o Presidente abre espaço para as manifestações dos Blocos:** sendo que o Bloco dos Usuários vota pela abstenção tendo em vista o parecer do Relator da Comissão específica. O Bloco dos Trabalhadores, dos Operadores, e do Poder Público manifesta-se favoravelmente a proposta. **Assim sendo, o Conselho decidiu baixar uma Deliberação, manifestando-se favoravelmente a proposta apresentada pela Administração do Porto.** Dando sequência a pauta o Presidente encaminha para o item **- 4.2 - Comissão de Operações Portuárias e Pré - Qualificação de Operadores Portuários - Apresentação do Relatório final sobre a análise da Ordem de Serviço 036/05 - APPA, que trata do Regulamento de Programações, Atracções e Operações de Navios** - Relator - Cons. João Gilberto Cominese Freire; **Presidente Hélio** - Relata que na Comissão de Operações Portuárias e Pré - Qualificação dos Operadores Portuários encontra-se um Processo de Análise da Ordem de Serviço 036, que trata do Regulamento de Programações, Atracções de Operações de Navios. O Relator é o Conselheiro João Gilberto, mas a Comissão tem recebido a participação efetiva da Conselheira Maria do Socorro, que encontra-se como Relatora "Ad hoc". **Conselheira Maria do Socorro** - Destaca que o Relatório apresentado diz respeito às reuniões que foram feitas da Comissão de Operações Portuárias e Pré - Qualificação de Operadores Portuários em relação a essa Ordem de Serviço. O Relatório é um elenco de informações do que ocorreu nesse período, incluindo a proposta enviada pelos Armadores e pelo SINDAPAR - SINDOP. **Presidente Hélio** - Ampliando o comentário, disse que recuperaram um procedimento que é comum nesse Colegiado, no que diz respeito a assuntos de maior relevância, abrindo uma reflexão mais ampla no âmbito das Comissões, onde participaram diversos atores que tem interesse na matéria, inclusive com riqueza de informação, e de contribuição, sendo que o Relatório é resultado desse trabalho. **Conselheira Maria do Socorro** - Relata que a primeira reunião desta Comissão foi no dia 19 de julho de 2005, e foi relatada pelo Conselheiro João Gilberto e nessa Reunião foi proposta a Alteração do Artigo 36 do Regulamento de Exploração Comercial dos Portos de Paranaguá e Antonina. Nesse artigo, o CAP diz que as portarias, as Ordens de Serviço de Atracção, desatracação são de competências da APPA. E após uma Reunião Ordinária do CAP no dia 21 de julho de 2005, foi analisada a proposta da Comissão em plenário onde sugeriu-se reuniões com a Comunidade Portuária para discutir a Ordem de Serviço 036/05, que na verdade é a origem desse problema da alteração do artigo 36. Foi encaminhado uma correspondência a APPA, os Sindicatos SINDOP- SINDAPAR, encaminharam correspondência à APPA solicitando o agendamento de reunião no dia 16 de agosto para tratar da O.S 036. Na Reunião Ordinária do CAP do dia 24 de agosto, o SINDOP, e o SINDAPAR, informaram o não comparecimento da APPA à reunião, e é agendada

uma nova reunião para o dia 14 de setembro de 2005, que é a segunda reunião da Comissão, quando assume a Relatoria "Ad hoc" dessa Comissão. Conta com a presença da APPA, SINDOP, SINDAPAR, Capitania dos Portos, Terminais graneleiros, de contêineres, carga geral, e outros interessados. É feita a proposta do levantamento de dados de todos os segmentos portuários, apontando soluções que atendam o interesse público da coletividade portuária para evitar as perdas de carga e produtividade no Porto de Paranaguá. A terceira reunião acontece no dia 05 de outubro de 2005, quando ainda segue como Conselheira "Ad hoc", esta reunião contou com a presença da APPA, Armadores, SINDOP, SINDAPAR, Capitania dos Portos, Terminais Graneleiros, de Adubos, Contêineres, Carga Geral e outros. O assunto é a análise dos dados encaminhados pelo SINDOP-SINDAPAR, com planilhas a respeito da situação da Operação Portuária. Se conclui nessa reunião da necessidade de coletar dados e enviá-los ao CAP e a APPA. A 4ª reunião da Comissão aconteceu no dia 22 de novembro de 2005, com a presença da APPA, de representantes do Governo do Estado no CAP, do representante de 33 Armadores, do SINDOP, SINDAPAR, SINDIADUBO e Trabalhadores. A decisão é encaminhar à APPA a proposta, dos 33 Armadores reunidos no SYNDARMA-RJ, sobre o Regulamento das Janelas de Atracação. Nessa ocasião os Conselheiros Rogério Distéfano e Michael Martins da Silva entregaram pessoalmente a proposta ao Superintendente da APPA, Eduardo Requião. O SINDOP, e o SINDAPAR, reunidos com toda a comunidade enviaram expediente ao Superintendente da APPA, com proposta de solução. Houve um consenso nessa reunião, quanto à necessidade de alteração urgente da O.S 036/05 nos seguintes tópicos: 1º Reformulação do Art. 18 da O.S 036/05, retornando ao texto da O.S 20/04 que trata da descarga de cereais, eliminando a descarga de adubos no berço 201- 16; 2º A necessidade de regulamentar as Janelas de Atracação dos Navios Full-Contêiner no Porto de Paranaguá e a inclusão de Navios de fertilizantes no Berço 209. O SINDOP-SINDAPAR, ampliando esses consensos enviaram para análise da APPA, um expediente com as propostas de soluções. Diante disso a proposta da Comissão é que se encaminhe aos Conselheiros as propostas que foram enviadas pelos Armadores, SINDOP, SINDAPAR, e sugeriu ao CAP o envio de correspondência a APPA em busca de uma decisão pelo assunto em relação as sugestões enviadas. **Conselheiro Michael** - Destaca que além desse documento que foi distribuído no dia 13, que anexa o trabalho da Armação com relação a Janela de atracação, há um outro documento que é justamente uma alteração das áreas mencionadas na OS 036/05, que se referem aos Berços 215, e 216, onde o SINDOP-SINDAPAR distribuiu todas as suas ponderações nos berços e nos demais itens da O.S 036/05. Por ser o alvo do Regulamento da Janela de Atracação, e o segundo arquivo deveria também ser circulado para que se possa juntar as recomendações do SINDOP-SINDAPAR, junto com o trabalho do 036, e na unificação das duas recomendações constar o universo de todas as recomendações do 036 e o Regulamento que é uma Proposta, é um aditivo, um apêndice da 036. **Sr. Edson - Presidente do SINDOP** - Pondera que o SINDOP deseja que se apreze a decisão da APPA nesse aspecto, visto que a APPA participou das reuniões e a grande dificuldade é de encaminhamento. Toda documentação foi encaminhada, todos os dados foram analisados, e os representantes lá presente

podem confirmar esses fatos. Pede assim que a APPA apresse a sua decisão que é importante para toda a comunidade portuária. **Sra. Laís - SINDAPAR**- Reitera a posição do SINDOP, porque não pode acontecer um não posicionamento da APPA, concordando ou não. Porque os Ofícios são mandados, as correspondências estão repletas de todas as informações necessárias que justificam essas sugestões, e não se recebe nenhum posicionamento da APPA. **Conselheiro Frisoli** - Essas questões das normas se estendem desde praticamente o começo do ano. Sugeriu que se aprove o Relatório da Conselheira Maria do Socorro, e que o CAP se manifeste através de uma Resolução, determinando uma data limite a APPA, para tomar as providências necessárias. Tendo em vista a situação, pois tornou-se insustentável dar sugestões que não são acatadas, e nem respondidas. **Conselheira Maria do Socorro** - Destaca que durante todas as reuniões a Administração do Porto foi respeitada. A reunião teve o objetivo de buscar um consenso entre as partes. Todos contribuíram com dados estatísticos, operacionais. O Conselheiro Michael ficou praticamente um mês, reunindo 33 armadores, e isso merece uma resposta, por ter fugido do âmbito do interesse isolado de alguém. Ficando claro o interesse público. Os resultados dessas reuniões foram analisar que em nenhum momento alguém quisesse que sua empresa lucrasse mais, e todas as propostas de consenso devem ser implementadas. **Presidente Hélio** - Declara que as providências no âmbito do colegiado são no sentido de dar maior amplitude à reflexão e análise do instrumento que se está discutindo para seu aprimoramento. E para se ter uma posição definitiva, é necessária a instrução suficiente. Como há dificuldade, existem dois instrumentos que o CAP pode baixar, uma Deliberação, de caráter Normativo, ou uma Solicitação, estabelecendo prazos para que sejam cumpridas todas essas solicitações feitas ao longo do processo de discussão sobre essa norma. E de acordo com o Regimento Interno, cabe ao CAP ter um ato formal de Solicitação à Administração do Porto, fixando prazo para que possa vir as respostas que foram apresentadas como necessárias para dar a continuidade dos trabalhos. **Conselheiro Michael** - Enfatizou que a Ordem de Serviço 036/05 é da APPA, e que a APPA tem que conviver com tudo que é sugerido, por ter que administrar a Ordem de Serviço. O que vem sendo feito é uma contribuição, que abrangeu diversas áreas, em que a própria APPA, manifestou interesse, como por exemplo Janelas de Atracação. Entende que a APPA reconhece essa contribuição, porque ninguém está querendo impor uma situação inadmissível. Acredita que devem impor uma data para manifestação da APPA, que já se mostrou interessada, conclua essa obra, mesmo que não seja através da Comissão, e que simplesmente altere a 036 através de uma síntese de sugestões, e que numa segunda revisão acharam que determinadas sugestões que se faziam necessárias, deixaram de ser acatadas, e poderão criar problemas futuros em termos de Administrar prioridades de atracação. Tem a impressão que a APPA já está pronta a soltar alterações ou até novas Ordens de Serviço em função desse trabalho apresentado a ela. **Presidente Hélio** - Destaca que se isso vier a ocorrer, o objetivo foi alcançado, no entanto como forma de concluir o processo de reflexão no âmbito do Conselho, vão ter que expedir essa solicitação torcendo para que tudo se concretize na medida em que as ações se efetivem. **Conselheiro Frisoli** - Acredita que dentro do Conselho, em meio a Poder

Público, Usuários, e Operadores, a Conselheira Maria do Socorro é a mais isenta do assunto, e devido o trabalho que realizou deveria continuar na Relatoria da Comissão. **O Conselho decide por unanimidade dar um prazo à Administração do Porto até o dia 16 de janeiro para dar resposta a essas Solicitações referentes a Ordem de Serviço 036/05. - HOMENAGENS** - Dando continuidade a pauta o **Presidente** lembra que a duas Reuniões atrás decidiu-se dar a seqüência e reconhecimento ao trabalho e dedicação prestados a esse Conselho por alguns Conselheiros e algumas entidades. Certamente ao contribuir com o CAP, contribui diretamente com o desenvolvimento da atividade portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina. Na ocasião o Conselho decidiu homenagear, dois ex - Conselheiros, e duas instituições. Sendo o Conselheiro Adriano e o Conselheiro Silvio Gori, o OGMO e a ACIAP. Acredita que os motivos que levaram esse Conselho a decidir por esse ato, dispensa comentários. O OGMO passou a integrar esse ano mais efetivamente o Conselho, participando como Convidado permanente, prestando informações, esclarecimentos, e buscando maior integração com o CAP. É um processo, porque além do ofertado hoje, esse Conselho tem que dar uma certa reciprocidade, no momento em que ele tem um Conselho de supervisão, que necessita da presença mais efetiva deste Conselho. No entanto o que o OGMO tem demonstrado com esse Conselho é digno de todo reconhecimento, de colaboração, de empenho e de entusiasmo, a ponto de auxiliar nos trabalhos de Secretaria no intuito de fazer com que essas ações cada vez mais se multipliquem. Pede a Conselheira Maria do Socorro, como representante feminina que fizesse a entrega dessas homenagens. E ainda destaca a importância desses momentos, por ser a vida é feita de símbolos, de objetos, atos e ações, que norteiam, e engrandecem o trabalho. E essa entrega sintetiza todo agradecimento, e apoio a essas instituições e pessoas. Na seqüência a Conselheira Maria do Socorro entrega ao OGMO, na pessoa do Sr. Dautro uma placa com a seguinte inscrição: Honra ao Mérito ao Órgão Gestor de Mão de Obra do Paraná, homenagem do CAP/PR, pelos relevantes serviços prestados a esse Colegiado. O Sr. Dautro agradece em nome do Conselho de Diretores do OGMO, em que se respaldaram para contribuir, e manter harmonia com o objetivo de trazer ao Porto de Paranaguá, mais carga, mais agilidade, e colaborar o máximo. **Presidente Hélio** - ressalta, mais uma vez, que "As pessoas verdadeiramente importantes, são aquelas que constroem a história", e esse CAP jamais poderá deixar de ter o reconhecimento nos seus registros e na sua história do papel e da contribuição recebida desde o início de sua Instalação, dos trabalhos do ex-Conselheiro Silvio Gori, que esteve no CAP há muitos anos. E a história do CAP de Paranaguá jamais poderá deixar de relevar o trabalho que o Conselheiro Silvio Gori realizou. A Conselheira Maria do Socorro faz a entrega da placa, de honra ao mérito ao Sr. Silvio Gori, pelos relevantes serviços prestados a esse Colegiado. **Sr. Silvio Gori** - Manifesta a sua satisfação em ter participado do CAP, que só deu crescimento a sua vida portuária, e agradece a todos a homenagem, desejando que o CAP se fortaleça cada vez mais, e seja respeitado e atendido nas suas reivindicações. Sente-se orgulhoso de ter representado a instituição da ABTP no CAP. **Presidente Hélio** - Da mesma forma entrega ao Conselheiro Alceu Chaves a placa de honra ao mérito do Sr. Adriano que está ausente, e que sempre se mostrou a frente do trabalho do Colegiado, procurando sempre dar todo o apoio e

incentivo para que o CAP atuasse e realizasse suas competências a partir do cargo de Presidente da ACIAP, que o Conselheiro Alceu deu sequência. Entrega ao Conselheiro Alceu não apenas a homenagem ao Conselheiro Adriano, mas também a homenagem que esse CAP presta a Associação Comercial, que simboliza, o que há de mais primordial para um trabalho de atividade portuária. Porque na atividade portuária, se analisa muito o custo para o usuário, e o custo do usuário se faz refletir no preço final do produto, e a Associação Comercial é quem está junto ao Consumidor final. Agradece pelo acolhimento da ACIAP, ao fornecer o espaço físico e servidores para a realização das reuniões do plenário do Conselho. O **Conselheiro Alceu Chaves** agradece em nome do Sr. Adriano Vidal e da ACIAP, e coloca a disposição do CAP, o seu apoio. **Conselheiro Hermes** - parabeniza a iniciativa do Conselho de homenagear pessoas que realmente fizeram muito pelo Conselho e pela Comunidade. Destaca rapidamente o seu respeito ao Conselheiro Silvio Gori, que na sua visão voltará a fazer parte desse Conselho, desejando sucesso. **Conselheiro José Roberto** - Parabeniza o Sr. Adriano Vidal, e Silvio Gori, que pelo conhecimento experiência, sempre será chamado a dar as suas opiniões, por sempre trazer grandes resultados em todos os setores que atuou. **Conselheiro Ozeil** - cumprimenta o Bloco do Poder Público, que durante as últimas reuniões vem procurando estreitar as relações entre CAP - Poder Público. Tem certeza em que no ano de 2006 a integração será maior. Tem visto que as colocações do Poder Público são todas pertinentes, e se por ventura não atendem as reivindicações do CAP fugiram um pouco das ações dele. Faz menção honrosa aos Componentes do Poder Público, que estão tentando fazer fluir as reivindicações do CAP, independentes de qualquer tipo de conotação política. **Conselheiro Juarez** - Cumprimenta a iniciativa das homenagens realizadas que foram da maior pertinência e justiça. Com relação aos Srs. Silvio e Adriano, menciona que teve a oportunidade de atuar em algumas Comissões juntamente com eles, sentindo que apesar de ambos atuarem na iniciativa privada, sempre tiveram um sentimento público, no sentido de construir na divergência. E tem certeza absoluta que independente da participação física do Sr. Silvio no CAP, ele terá uma participação eterna e permanente na história do Sistema Portuário do Paraná. **Conselheiro Tortato** - Em nome do Bloco dos Trabalhadores parabeniza a iniciativa em se fazer essas homenagens, e reconhece que o ex - Conselheiro Gori defende com muita convicção aquilo que ele acredita, e que se dispôs a se defender. Acredita que tanto a ACIAP, quanto o OGMO recebem a homenagem com muita justiça, bem como o Sr. Adriano Vidal. Presidente: coloca e solicita que em razão de compromisso do Delegado Fabiano, fosse alterada a sequência da pauta passando a abordagem do item 5. - **ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ISPS - CODE** - Dr. Fabiano Bordignon - Polícia federal - Cesportos, e que posteriormente voltaria ao item 4.3 da pauta, Com a concordância do Colegiado passa a palavra ao **Sr. Fabiano Bordignon**. **Sr. Fabiano Bordignon** - Informa que foi distribuído a todos uma planilha, onde consta a situação dos Terminais, com relação a implementação do ISPS - Code. A última inspeção feita foi no dia 13/12/05. Nas primeiras inspeções todos os Terminais que estavam iniciando a implementação do Código foram certificados com o termo de Aptidão, que é uma certificação provisória, sendo que a definitiva é a declaração de cumprimento. E na primeira inspeção um terminal conseguiu a declaração de

cumprimento, que foi o Terminal da Cargill. Na segunda inspeção a maioria dos Terminais implementaram o plano. Atualmente há cinco Terminais sem terminar a implementação total do plano, continuando com uma certificação provisória, que é o caso do Terminal Franco Paraguaio, APPA - Paranaguá, APPA- Antonina, Deicmar, que não está operando, porque teve o plano aprovado, mas não houve implementação e a Ponta do Félix. Há dificuldades principalmente da parte pública, devido as licitações. Houveram reuniões na APPA para tratar da questão da migração de dados entre o OGMO e a APPA, e alguns pleitos dos trabalhadores já estão sendo atendidos pela APPA, que é a parte de banheiros na faixa portuária, áreas de permanência e transporte. A tendência é que no primeiro semestre de 2006 a APPA provavelmente esteja pronta para receber nova inspeção e a Comissão aguarda a manifestação dos Terminais quanto a implementação, para avisar a Comissão Estadual de uma nova inspeção. Na terceira inspeção, os terminais que não estavam com as suas obras finalizadas foram notificadas pela Comissão Nacional, COMPORTOS, em Brasília, apresentaram cronogramas novos e alguns já estão vencidos, sendo óbvio que se não tiver uma sinalização no início do ano que vem a própria Comissão Estadual com a Comissão Nacional podem fazer as inspeções nesses Terminais. Então são 27 terminais, 21 já certificados, apesar dessa certificação não ser a final, e ainda o ISPS-Code prevê 3 auditorias a cada 5 anos. E o ano que vem já começarão as auditorias nesses terminais que já foram certificados, sendo que alguns terminais terão que fazer reparos. **Conselheiro Michael** - Não tem uma previsão nessa planilha uma previsão de cumprimentos especificamente da APPA. Entende que aqueles que já estão com declaração de cumprimentos são incontamináveis por aqueles outros que ainda aguardam declaração. **Delegado Fabiano** - Disse que a certificação que o Terminal recebe, resguarda o Terminal na operação, mas no Porto de Paranaguá a APPA tem vários Terminais que estão dentro da área primária. A partir do momento em que o Porto estiver com o seu plano executado, alguns terminais que estão na faixa portuária vão ter que fazer algumas gestões para acertar o Controle de acesso dos seus armazéns na faixa. Porque alguns Terminais ainda fazem o controle de acesso nos seus armazéns manualmente, porque ainda não foram providenciadas as catracas da parte que ficará a carga do Porto. A questão de contaminação, a suspensão de uma operação, a falta da execução do ISPS-Code pode levar a uma retaliação do exterior, e eventualmente pode haver prejuízos para os outros terminais. Para comunidade internacional, todos os terminais, com exceção da Deicmar, estão certificados. Esta diferenciação de termo de aptidão, e declaração de cumprimento, foi delimitada dentro da soberania do Brasil de criar essa certificação provisória, porque havia dificuldades de ter o prazo fatal de todos os terminais até a metade de 2004. Todos foram certificados, a implementação do ISPS-Code em cada país foi gerenciado pelo país signatário do acordo. O Brasil trouxe essa sistemática, e para IMO todos os Terminais estão certificados. Todos estão operando, mas a qualquer momento a Comissão Nacional pode suspender tanto um Termo de Aptidão, como uma declaração de cumprimento. As empresas que estão com a declaração de cumprimento, instalaram câmeras, controle de acesso, e a Comissão irá fazer uma nova verificação. Um desastre que aconteça no terminal, que seja verificado negligenciamento, pode ser

suspensa essa certificação. É necessário cumprir e executar o plano e manter o plano funcionando permanentemente. **Conselheiro Hermes** - Pergunta se existe um prazo de implementação do Controle de acesso do Porto como um todo? Porque ocorre em Paranaguá situações aonde existe um misto do Porto público, com a instalação portuária privada, e tem um lado que está pronto e outro não. Acredita que exista um prazo em que a Comportos vai começar a exigir que se faça o Controle de acesso. **Delegado Fabiano Bordignon** - Destaca que na terceira inspeção em julho deste ano, a Comissão Estadual, com representante da Comissão Nacional percorreram os terminais que estavam com pendências, inclusive a APPA, e a partir disso foi gerada uma notificação da Comissão Nacional. Diante disso a APPA se justificou em Brasília e apresentou um cronograma novo pra Comissão Nacional. Esse cronograma não foi vencido completamente, e o prazo foi passado pela APPA para Comissão Nacional. A APPA está certificada, mas não terminou de implementar. Houve uma evolução em todos os terminais. **Fábio Amorim** - Coordenador da Implementação do ISPS - Code na APPA - Complementa dizendo que o plano baseia - se no controle de acesso de pessoas, cargas, veículos, e na revisão do procedimento de segurança. O Controle de carga já está funcionando, e o que está na fase final é o controle de acesso de pessoas, com data de conclusão para o dia 20. **Conselheiro Michael** - Acredita que a responsabilidade de cumprimento do ISPS-Code para os acessos aquáticos do Porto é da APPA. Questiona que se tiverem todos os terminais que visam com suas costas para o mar, com acesso mesmo precário. A responsabilidade das vias de acesso em termos de segurança enquadrado no tema do ISPS é responsabilidade da APPA, e é um dos perímetros evidentes dos Terminais já certificados. Poderia ter um compromisso no sentido da integridade das declarações de cumprimento dos terminais que contam com a APPA com a segurança daquele perímetro aquático, quando de operações de navios, não se esquece que os navios são individualmente certificados e tem que entrar em Portos certificados, e quando não entram, estão em violação e colocando a perigo suas próprias certificações. **Delegado Fabiano** - Tanto os terminais, como os navios são certificados e tem planos de segurança. A questão da segurança na parte molhada do Porto, nos acessos: Todo controle de acesso no Porto é responsabilidade da APPA, e ao mesmo tempo que os terminais tiveram que fazer investimentos grandes na segurança, a Polícia Federal tem uma contra-partida que foi a implementação em Paranaguá do NEPON, Núcleo de Policiamento Marítimo, que tem duas embarcações, e cinco botes infláveis, começando uma rotina nova de patrulhamento aquaviário. Mas o controle de acesso dos navios que vão chegar é responsabilidade da APPA e a Polícia não é certificada, mas sim membro da Comissão Estadual de Segurança. Todos os Terminais estão certificados com a Comunidade Internacional, e se o Porto demorar muito a cumprir o seu plano, a Comissão pode tomar algumas providências como aumentar o efetivo policial na área. Se a Comissão Nacional sentir a necessidade o Porto pode ser levado a tomar algumas providências. **Comandante Emerson** - Polícia Militar - Ratifica as palavras do Delegado Fabiano, de como era a segurança a um tempo atrás e como se encontra atualmente, sendo que hoje há uma preocupação em manter essa segurança no Porto. Há uma companhia de polícia, com 75 homens aplicados no policiamento portuário, cuja a missão é a fiscalização de transito, desde os

veículos mais pesados, como os veículos leves. Assim como Policiamento Extra-Porto, e também a guarda do pátio de triagem. Destaca que estão no fim da Operação Safra com uma estatística muito positiva da diminuição dos furtos. **Sr. Fábio Amorim** – Disse que o Porto de Antonina está dentro do mesmo plano de Paranaguá. Sendo que o número de equipamentos são diferentes, mas os procedimentos os mesmos. **Conselheira Maria do Socorro** – Destaca a importância da Guarda Portuária para a execução desse trabalho. **Conselheiro Hemes** – Disse que não se pode perder de vista os afretamentos internacionais, e a partir de 2006, já serão incluídos dentro do documento de credenciamento de cada Porto que assinou o convênio internacional em todos os países do mundo. Se houver problema de não cumprimento, poderá haver prejuízo no que diz respeito as negociações de Frete. **Conselheiro Fayet** – Disse que tem a informação de que as autoridades americanas iriam fazer inspeção nos Portos brasileiros, em consórcio com as autoridades Portuárias, e que isso deverá ocorrer no primeiro semestre de 2006. Pergunta se essa informação procede? E que tipo de consequência pode ser determinada por essa inspeção em caso de verificar que alguma não conformidade? **Delegado Fabiano** – Destaca que em caso de não conformidade a Comissão Nacional poderá exigir um policiamento maior. Não havendo mais ponderações referentes ao assunto, o **Presidente** dá sequência, retornando à pauta em seu item - **4.3 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DE MÃO DE OBRA DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS: POSICIONAMENTO SOBRE OS TRABALHOS RELATIVOS A TREINAMENTO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS** - Relator - **Cons. Carlos Antonio Tortato**; Disse que ainda não conseguiram fazer uma Reunião dessa Comissão, mas de qualquer forma constitui essa Comissão, o Cons. José Baka, Jorge Tacla e Luís Antônio. De qualquer forma algo que parece-lhe importante e que os Conselheiros gostariam de ter alguma notícia, se refere ao Centro de Treinamento que está sendo construído em Paranaguá. Hoje pela manhã falou com Luís Afonso que é o Engº responsável pela obra, que lhe adiantou algumas questões, como por exemplo que o plano da obra está previsto para março de 2006. Foi feito um aditivo para conclusão da obra e compras de equipamentos, e provavelmente em março, abril do ano que vem, a obra deverá ser inaugurada. Há uma perspectiva de que 1500 trabalhadores passem por ali por cursos mais prolongados e mais curtos. 95% da obra já está concluída, e portanto a expectativa é que em março esteja concluída. Destaca ainda que esteve em Brasília acompanhando a Reforma Sindical, que voltou ao zero, e a discussão deverá ser retomada ano que vem, onde os principais deputados que tinham seu substitutivo irão percorrer o Brasil escutando as lideranças sindicais, empresariais para ver se é montado um novo projeto, porque de todos os projetos que se tinha, nenhum contemplava, e conseguia uma maioria para aprovação mais tranquila. Esteve também com o Ministro do Trabalho, e com o Ministro Luís Marinho em uma audiência ontem, analisando os trabalhos da CNPP, os trabalhadores, as federações dos Portuários a mais de um ano vem negociando principalmente com o Frisoli e o Mantelli, que representam a entidade dos Operadores, e há um empasse nessa negociação entre trabalhadores e operadores portuários. Ficou claro que os empresários nos últimos tempos não tem participado das reuniões, e os trabalhadores tem mantido sua posição

na mesa e parece que se até o dia 26 de janeiro ou se entendam ou venha alguma coisa por parte do governo. Destaca mais uma vez que infelizmente ainda não tiveram a oportunidade de fazer uma Reunião, mas vão se empenhar para que na primeira reunião do ano que vem se tenha algo mais concreto, principalmente mais localizada.

Presidente Hélio - Com relação ao Centro de Treinamento é de interesse de todo Conselho até mesmo conhecê-lo. **Conselheiro Frisoli** - Convida o Conselho em nome da Fundação dos Operadores, da Associação Comercial, do SINDAPAR, para a próxima reunião do Conselho estar visitando o Centro de Instrução. Na sequência da pauta: item 6 - **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (Deliberação 04/05 - CAP/PR)** - Cons. Ruy Alberto Zibetti -

Representante da APPA - **Presidente Hélio** - a recomendação foi no sentido de que para os dias 24 e 31 de dezembro de cada ano, o funcionamento dos Portos passe a ser das 0h até às 19h, e para os dias 1 de janeiro e 25 de dezembro o funcionamento dos Portos passe a ser das 07h às 24h. Esse assunto já foi pautado e gostaria de uma definição quanto a essa matéria. **Cons. Ruy Alberto Zibetti - Representantes da APPA;** Com respeito ao Ofício 038/05/CAP, enviado a Superintendência, informou que se ainda não foi recebida a resposta efetiva, acredita que o Superintendente esteja examinando o assunto. Informou também que caso essa recomendação tivesse sido aceita, e que houvesse alguma modificação a ser posicionada, a ser contemplada pelo Porto teria havido comunicação.

Presidente Hélio - Lembrou que esta recomendação foi encaminhada à APPA em fevereiro, pois compete a esse Conselho homologar o Horário de Funcionamento do Porto, mediante proposta da Administração. Uma vez que o CAP fez a recomendação, e não obteve a manifestação do Porto, consulta os Conselheiros se não seria o caso do CAP baixar uma solicitação, recomendando a imediata aplicação dessa regra, uma vez que o tempo decorrido já foi mais que suficiente para que se fizesse qualquer tipo de análise. **Conselheiro Sérgio Botto** - Pergunta qual o horário de funcionamento em vigência e qual o fundamento para alteração? **Conselheiro Frisoli** - Informa que o horário é normalmente de parar às 19h00 do dia 24 e retornar às 07h00 do dia 25. Parar às 19h00 do dia 31 e retornar às 07h00 do dia 1. Esse é o horário dos últimos 20 anos. Sendo que o pedido é que se trabalhe 24 horas. **Conselheiro Michael** - Destaca que a posição tomada é complementada em um expediente da praticagem, em que o Porto para às 19h00 do dia 24 e só retorna no dia 26. E por isso a iniciativa foi tomada em fevereiro para que depois não se tivessem problemas, e havia a eminência naquela época do dia 1º de maio, que foi um outro feriado nas mesmas bases. A praticagem não irá manobrar navio, a não ser em caso de emergência entre esses horários.

Conselheiro Frisoli - Disse que até hoje a praticagem retirava os navios até às 22h00 no dia 24 de dezembro e no dia 31, e retornavam às 07h00 e acredita que não compete a praticagem decidir o horário de funcionamento do Porto. A decisão tem que ser entre a escolha de manter o horário atual, ou optar por 24 horas. **Conselheiro Tortato** - No ponto de vista dos Bloco dos trabalhadores deve-se manter o Horário de Funcionamento como está. **Conselheiro Sérgio Botto** - Acredita que a posição é a de formalizar, os usos e costumes, e se o CAP já homologou não há o que decidir. **Presidente Hélio** - Lembra que a defesa utilizada na época era a de que muitas vezes, chegavam navios e não

podiam atracar, nem operar. Por isso recomendou-se que se estabelecesse um horário que atendesse as necessidades da celebração destas datas, de tal modo que tantos os trabalhadores, como todos os outros tivessem naquele horário um recesso e não se trabalhasse, e com isso a Comunidade Marítima Internacional soubesse que aquele horário estava sacramentado. Diante disso se pediu a Administração do Porto que formalizasse essa decisão. O que ocorre é que a mudança do horário de funcionamento foi proposta pelo CAP, recomendando-se assim a Administração do Porto que revisse esse procedimento e voltasse para o CAP, e isso não aconteceu como declarado pelo Conselheiro Ruy. Propõe assim que como não houve uma posição da Administração do Porto, que esse Conselho solicite a Administração do Porto a imediata aplicação.

Conselheiro Botto - Acredita que a única coisa que se pode fazer é manter esse horário homologado pelo CAP. **Conselheira Maria do Socorro** - Destaca que o Bloco dos Trabalhadores pede pela manutenção da tradição no horário de trabalho. Assim sendo considera-se a solicitação da imediata aplicação, considerando homologado esse horário. **Conselheiro Michael** - Acata a recomendação, devido a alguns conflitos, e deve-se simplesmente esquecer do que é costume e simplesmente dizer que em fevereiro, o CAP na época achando o poder de estabelecer como está na Lei 8630 o horário de funcionamento, que depois tinha que ser algo homologado e declarado pela Administração do Porto, no mês seguinte deixou - se o Porto se pronunciar e até hoje no dia 15 de dezembro este pronunciamento não foi feito. Pede assim uma confirmação que o horário de funcionamento do Porto de Paranaguá é no dia 24 até às 19h00 e que retorna às 07h00 do dia 25, conforme está na Ata 133, e que isso seja encaminhado também a praticagem que baixou um expediente por saber que não ia ter operação no dia 25 e no dia 1, considerando ordinário o direito de manobras normais até às 17h00, retomando apenas a partir do dia 26. Acredita que a praticagem deve andar de acordo com o que foi decidido em termos de horário de funcionamento do Porto. **Conselheiro Tortato** - Acredita que está havendo um equívoco, porque só se volta a trabalhar às 07h00 do dia 26, e no ano novo a mesma coisa. Porque quem vai trabalhar às 07h00 do dia 1º. **Conselheiro Fayet** - Em fevereiro o CAP votou e aprovou uma norma, simplesmente passou a Administração para que tecesse considerações e tomasse as medidas administrativas, que não foram feitas. O que é necessário no momento é que essa questão seja confirmada. Ou mantém-se a decisão, ou a revoga. **Presidente Hélio** - Foi encaminhado uma recomendação a Administração dos Portos que se adotasse esse procedimento e depois submetesse ao CAP para homologação, e como até o momento a proposta não voltou, a proposta inicial é de que o CAP baixa-se uma solicitação para o imediato cumprimento dessa recomendação, considerando inclusive o caráter homologatório desse Conselho, até porque não haverá tempo de se fazer outra Reunião até as data para as quais recomenda-se alteração do horário.

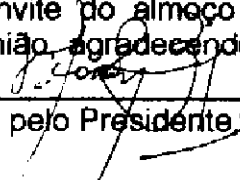
Conselheiro Fayet - Em nome do Bloco dos Usuários manifesta-se que continuam com a posição anterior, mantendo seu voto conforme a decisão de fevereiro.

Conselheiro Sérgio Botto - Destaca que como a Administração dos Portos não se manifestou, o CAP não tem o que homologar, no sentido de que mantenha-se os usos e costumes adotados. Sendo que isso não é decisão, mas uma recomendação. Visto que homologar significa cancelar algo que foi encaminhado, e se nada foi

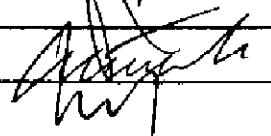
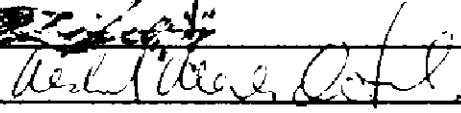
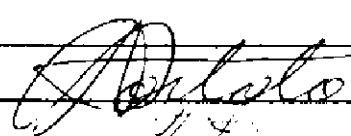
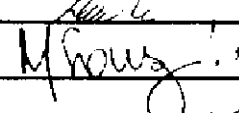
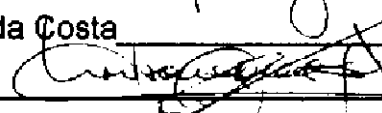
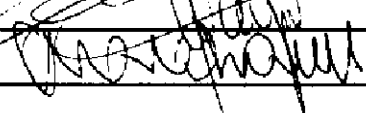
encaminhado, não há o que fazer, a não ser manter o que se faz hoje e há muito tempo é mantido. **Conselheiro Fayet** – Discorda da interpretação dada à nomenclatura de “homologar”, tendo em vista que na ausência de uma solução dentro da linha definida na Reunião do CAP em fevereiro. Tem que tomar imediatamente uma deliberação, porque se trata de uma questão que tem reflexos em todo o mundo, no sistema de navegação, em agentes que são compradores e vendedores no mundo todo. Por essa razão entende que se tenha de tomar a determinação para que essa questão seja conhecida formalmente pelos agentes portuários neste processo, e no mundo inteiro. **Conselheira Maria do Socorro** – Hoje mudar uma tradição de anos, sem ter nenhuma espécie de diálogo com os trabalhadores, não haverá cumprimento. **Conselheiro Sérgio Botto** – Entende que o Conselheiro Fayet possui as suas razões, mas insiste que o CAP neste momento só pode recomendar, porque em momento algum poderá baixar uma norma determinando que a Administração dos Portos mude o horário de funcionamento nesses dias, se nada foi encaminhado a esse Conselho. **Conselheiro Frisoli** – O problema é que falta uma semana para o natal e a APPA ainda não baixou portaria. Consta no Cap. IV do Regulamento de Exploração dos Portos, Sessão I – Horário de Funcionamento, Art. 26: Os horários de funcionamento dos Portos de Paranaguá e Antonina, bem como as jornadas de trabalho serão fixadas pela APPA e homologadas pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP, Art. 33, inciso 15º, da Lei 8630. A APPA sempre fez a Portaria, que o CAP homologava. **Conselheiro José Roberto** – Acredita que com a proximidade do natal e do ano novo, vai se baixar uma Ordem de Serviço dando o horário como os outros anos. Assim a sua visão é que o CAP deva enviar uma nova solicitação citando que a APPA deva enviar ao CAP o horário de Funcionamento para ser homologado. **Conselheiro Fayet** – Em respeito ao trabalho do Conselheiro Michael, e a essa matéria pautada desde fevereiro, acredita que deva ser tomada uma posição, sem considerar se é conveniente ou não trabalhar no natal e ano novo, mas sim manter a coerência das decisões anteriores, e em respeito as pessoas envolvidas e com responsabilidade internacional. Entende que se tem que estabelecer uma posição, por ser uma questão que ainda será discutida, com relação a direitos. Se alguém não quiser acatar a decisão do CAP é uma questão de responsabilidade pessoal. **Presidente Hélio** – Parece-lhe que devem solicitar a Administração do Porto que considere a Proposta do CAP na fixação dos horários de funcionamento do Porto nessas datas, porque se não receberam nenhuma manifestação formal da Administração do Porto em que pese o Conselheiro Ruy declarar que não conheceu em tempo hábil, porém aqui se representa a Administração do Porto, e não um segmento específico. **Conselheiro Fayet** – Propõe que o CAP baixe uma decisão como parte do Regulamento de Exploração, confirmando a decisão de fevereiro. **Conselheira Maria do Socorro** – propõe que seja mantida a tradição. Porque o momento não é de embate, e essa questão terá que ser negociada pela APPA com os trabalhadores. Se sente mal, porque quando o assunto foi votado em fevereiro, houve uma reclamação do Conselheiro Michael, em que a Estiva pretendia mudar o horário de funcionamento do Porto por conta própria. Os demais trabalhadores votaram pela manutenção da tradição ficou baseada nos horários mencionados pelo Conselheiro Frisoli, e o Bloco dos Trabalhadores não votou pela mudança. Acredita

também que se os demais Portos estão trabalhando nesses dias, tenha-se que rever isso com os trabalhadores. E a questão é debater o assunto, e não mudar agora. O Presidente encaminha a matéria para apreciação do Conselho com a proposta do Conselheiro Ruy e Sérgio que se reitere essa Recomendação a Administração do Porto, e a do conselheiro Fayet que seja considerado uma decisão em caráter homologatório. **O conselho decide em sua maioria pela proposta do CAP baixar uma ato na forma de solicitação, reiterando a APPA a recomendação constante na Deliberação nº 04/2005-CAP-PR, de 23 de fevereiro de 2005. - 7 - PORTARIAS 356 E 357 DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - Instituição do CAP de Antonina e nova denominação do CAP de Paranaguá - Presidente Hélio** - Informou que o CAP recebeu cópias das Portarias 356 e 357 que trata da instituição do CAP de Antonina e da nova denominação do CAP de Paranaguá. Para essa instituição ser efetivada, é necessário que as diversas entidades e órgãos que compõe o Conselho encaminhem ao Ministério dos Transportes os seus respectivos representantes, e na medida em que tiver no mínimo oito Conselheiros, sendo um de cada Bloco, poderá se instalar o CAP em Antonina. Por enquanto continua a vigência atual, de tal modo que se continue a representar o Porto de Paranaguá e Antonina. E essa mudança de nome vai ocorrer no momento em que for instalado o CAP de Antonina. **Conselheiro Juarez** - Convida a todos para um evento em Antonina na Estação Ferroviária às 19h00, que é um evento que pretende comemorar essa decisão e também iniciar com o encaminhamento dessas questões. Disse que o mais importante é que o CAP de Antonina deve trabalhar integradamente com o Porto de Paranaguá, dentro de uma visão do processo Portuário do Paraná. E isso vai se materializar no momento em que as indicações ocorrerem. Muitos dos membros do CAP de Paranaguá poderiam ter assento no CAP de Antonina, para reforçar essa integração. **8 - PROPOSTA DE CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CAP PARA O ANO DE 2006** - O Presidente apresentou a proposta de Calendário com as datas para as Reuniões Ordinárias do CAP no ano de 2006. Após a análise da proposta pelo Colegiado, ficaram estabelecidas as seguintes datas para a realização das Reuniões Ordinárias durante o ano de 2006: 26/01; 16/02, 23/03, 27/04, 25/05, 22/06, 20/07, 24/08, 21/09, 19/10, 23/11, e 14/12. **9 - RELATÓRIOS GERENCIAL, OPERACIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA APPA** - Representante da APPA. **10 - RELATÓRIO GERENCIAL DO OGMO** - Sr. Dautro Nascimento. O Presidente destaca que os relatórios foram distribuídos a todos com antecedência e que são auto explicativos, indagando se haveriam questionamentos do Colegiado, em não havendo, dá sequência à pauta - **III ASSUNTOS GERAIS: PLANO ANUAL DE DRAGAGEM** - **Conselheiro Frisoli** - Lembra que no dia em que foi se discutido o Plano com o Engº Admilson decidiram uma coisa, e está publicada outra. Solicita que o CAP peça esclarecimento do porquê se votou uma deliberação, e se fez o contrário. **Presidente Hélio** - Destaca que na publicação do Ministério dos Transportes, tem uma observação que diz que o Ministério não recebeu a manifestação do CAP de Paranaguá. Há duas sugestões: Encaminhar uma solicitação de retratação, de reparação para a Administração do Porto, e o CAP encaminhe para o Ministério dos Transportes a sua decisão, **decidiu-se por enviar cópia da Deliberação do CAP sobre a matéria**

Ministério dos Transportes BOWL- TRUSTHER E EXTERN-TRUSTHER -
Conselheiro Frisoli - Lembra ainda que já foram feitas neste Conselho várias solicitações para que a APPA apresentasse estudo técnico sobre a utilização do "bowl trusther" e diante do não atendimento, solicita que se baixe uma resolução, ou determinação para que se apresente o estudo técnico. Propõe que se necessário for, o CAP autorize a utilização de recursos dos fundos para contratação destes estudos técnicos. **Presidente Hélio** - Disse que nesse caso vai Ter que se baixar uma solicitação a exemplo das anteriores. Isto é um ato, e todos os atos devem ser publicados, para conhecimento da Comunidade Portuária. Informou que o CAP deverá estabelecer um canal junto aos principais veículos de comunicação, disponibilizando informações para os jornais, para que esta divulgação possa ser efetivada. **DRAGAGEM - Conselheiro Frisoli** - Se refere a apresentação de Dragagem feita, onde fez alguns questionamentos que ficaram de ser respondidos, bem como o Contrato com a PASA, também constado em Ata. Solicita assim que se responda a seus questionamentos. **Conselheiro Michael** - Tendo em vista a aprovação do Orçamento da APPA, onde figura um investimento de 13 milhões, 929 mil reais para remodelação no cais público existente, dentro daquilo que está deslumbrado em termos de obra de cais oeste, terminais. Entende que com esse tipo de investimento, a não ser que não seja essa obra, está se modernizando não só calado. Nessa tentativa de modernizar, a beira do cais e até uma parede frontal no perímetro molhado é que se teria um Porto moderno, e um Porto moderno usa Bowl Trhuster e Extern Trhuster. Na questão do pier 215, 216 e 217, essa obra não vai ser feita, porque já está em nível moderno. Pede a reconsideração do pronunciamento de dez meses atrás com relação a apenas os berços 215, 216 e 217, como foi agora reforçado pela apresentação de laudos que o Conselheiro Frisoli mandou à APPA. Acredita que se está aprovando uma coisa, e ao mesmo tempo questionando implicitamente se esta obra quantificada pela APPA, vai ser uma obra de modernização, sem o uso de Bowl Trhuster e Extern Trhuster. **SEGREGAÇÃO DE TRANSGÊNICO - Conselheiro Hermes** - Solicita que seja pautado na próxima Reunião, a questão referente a segregação de Transgênico. É importante que se trate o assunto, devido a aproximação da safra. Aproveita a oportunidade para parabenizar o Presidente pela forma que vem conduzindo os trabalhos. **Presidente Hélio** - Informa que o Ministério Público Federal solicitou a Secretaria do CAP que apresentasse alguns fundamentos que utilizou para se tomar uma decisão em relação ao Regulamento de Exploração do Corredor de Exportação, e ao verificar os arquivos na Secretaria, foi detectado que um relatório recebido do Ministério dos Transportes não foi localizado, gerando preocupação, pelos documentos do CAP estarem correndo risco de extravio. E como a sede da Secretaria está no âmbito da Administração do Porto, comunica que estará solicitando a máxima vigilância e zelo aos arquivos do colegiado, porque isso é responsabilidade da Administração do Porto. O Conselheiro Fayet - propôs e foi aceito pelo CAP, que também esse fato fosse comunicado ao Ministério Público Federal, ao Ministério dos Transportes e a ANTAQ; **Conselheiro Tortato** - Registra que o Conselheiro Wilson se reelegeu para seu sétimo mandato consecutivo no Sindicato dos Portuários. **Presidente Hélio** - Destaca que a Secretaria Executiva do CAP se preocupou em agradecer pessoas que tem auxiliado

na execução das Reuniões, que é o apoio dos funcionários da ACIAP. Então trouxeram algumas homenagens aos funcionários da ACIAP, que é o Joel, o Edenir e a Maria. **Secretário Vitor** - Agradece a contribuição financeira de alguns Conselheiros e algumas entidades em razão da indisponibilidade de receita do CAP. Não havendo mais nenhum assuntos a serem abordados. **O Presidente Hélio** deseja a todos os Conselheiros e Convidados os votos de um mais rico e santo natal, com o desejo que todos procurem nesse momento de renovação, reabastecer as energias e voltar em 2006 com uma produção bem maior, pois acredita que esse seja o CAP mais produtivo do país, com um volume de trabalho e participação, de nível elevadíssimo, em razão de seus integrantes. Agradece os servidores da Secretaria pelo trabalho prestado e agradece o convite do almoço oferecido pela ACIAP. Nada mais havendo a tratar encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, tendo eu **Vitor Roberto Muller Bernardi**,  Secretário Executivo, lavrado a presente Ata que segue assinada pelo Presidente, demais Conselheiro e Convidados.

CONSELHEIROS:

Hélio José da Silva 
Sérgio Botto de Lacerda 
Rogério Distéfano
Juarez Moraes e Silva
Ruy Alberto Zibetti 
Michael Martins da Silva 
Hermes Anghinoni
Carlos Roberto Frisoli
Jorge Tacla Filho
Carlos Antonio Tortato 
Leonardo Luiz Vicente 
Maria do Socorro de Oliveira 
Carlos Alberto Martins da Costa
Wilson Moraes da Silva 
Ozeil Moura dos Santos
Luiz Antônio Fayet 
Alceu Claro Chaves 

Sidney Pinto

José Roberto Almeida Corrêa

Luiz Henrique Roos

Nivaldo Tuba

José Baki Filho

CONVIDADOS

:

CPPR - CMG. Francisco dos Santos Moreira

FAEP - Nilson Hanke Camargo

OGMO - Dautro do Nascimento

SINDOP - Edson Luiz Aguiar

SINDAPAR - Laís Sávio

APPA - Xênia Karina Arnt

APPA - Fabricio Massardo

APPA - Leopoldino de Abreu Neto

APPA - Ivan Plates Machado

APPA - Cel. Elpídio Artigas Filho

APPA - Cap. Emerson Luiz Pinto

SEAB - Disonei Zampieri

Cargill Agrícola S/A - José Silvio Gori

Departamento Policial Federal - Fabiano Bastiguen